

A large crowd of diverse, stylized human figures in various colors and poses, representing a multicultural society. The figures are arranged in a dense, overlapping group, with some standing and others in dynamic poses. The colors used for the figures include red, yellow, green, blue, pink, and brown. The overall style is modern and graphic.

AS Bases sociais das NOVAS CENTRAIS SINDICAIS Brasileiras

ESTABLISHED 1890
Anyris



EDITORIA
Apparis

**AS BASES SOCIAIS DAS NOVAS CENTRAIS
SINDICAIS BRASILEIRAS**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Sônia Magalhães
Bibliotecária CRB9/1191

G182 Galvão, Andréia, 1971-
2015 As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras / Andréia Galvão,
Paula Marcelino, Patrícia Vieira Trópia. – 1. ed. – Curitiba : Appris, 2015.
295 p. ; 21 cm

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-8192-866-1

1. Sindicalismo – Brasil. 2. Movimento operário. 3. Classes sociais.
I. Marcelino, Paula. II. Trópia, Patrícia Vieira. III. Título.

CDD 20. ed. – 332.820981

Editora e Livraria Appris Ltda.
Rua General Aristides Athayde Jr., 1027 – Bigorilho
Curitiba/PR – CEP: 80710-520
Tel: (41) 3203-3108 - (41) 3030-4570
<http://www.editoraappris.com.br/>

EDITORA
Appris

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Andréia Galvão
Paula Marcelino
Patrícia Vieira Trópia

**AS BASES SOCIAIS DAS NOVAS CENTRAIS
SINDICAIS BRASILEIRAS**



Curitiba - PR
2015

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2015 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.
Foi feito o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Sara C. de Andrade Coelho Augusto V. de A. Coelho
ASSESSORIA EDITORIAL	Camila Dias Manoel
COMITÊ EDITORIAL	Edmeire C. Pereira - Ad hoc. Ireneide da Silva - Ad hoc. Jacques de Lima Ferreira - Ad hoc. Marli Caetano - Análise Editorial
DIREÇÃO - ARTE E PRODUÇÃO	Adriana Polyanna V. R. da Cruz
DIAGRAMAÇÃO	Matheus Miranda
CAPA	Andrezza Libel de Oliveira
REVISÃO	Bruna Fernanda Martins
WEB DESIGNER	Carlos Eduardo H. Pereira
GERENTE COMERCIAL	Eliane de Andrade
LIVRARIAS E EVENTOS	Dayane Carneiro Estevão Misael
ADMINISTRATIVO	Selma Maria Fernandes do Valle

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREÇÃO CIENTÍFICA Fabiano Santos - UERJ/IESP

CONSULTORES	Alícia Ferreira Gonçalves – UFPB	José Henrique Artigas de Godoy – UFPB
	Artur Perrusi – UFPB	Josilene Pinheiro Mariz – UFCG
	Carlos Xavier de Azevedo Netto – UFPB	Leticia Andrade – UEMS
	Charles Pessanha – UFRJ	Luiz Gonzaga Teixeira – USP
	Flávio Munhoz Sofiati – USP, UFSCAR	Marcelo Almeida Peloggio – UFC
	Elisandro Pires Frigo – UFPR/Palotina	Maurício Novaes Souza – IF Sudeste MG
	Gabriel Augusto Miranda Setti – UnB	Michelle Sato Frigo – UFPR/Palotina
	Geni Rosa Duarte – UNIOESTE	Revalino Freitas – UFG
	Helcimara de Souza Telles – UFMG	Rinaldo José Varussa – UNIOESTE
	Ireneide Soares da Silva – UFC, UFPI	Simone Wolff – UEL
	João Feres Junior – UERJ	Vagner José Moreira – UNIOESTE
	Jordão Horta Nunes – UFG	

À memória de Vito Gianotti

PREFÁCIO

Em 1978, com a eclosão grevista que sacudiu o Brasil e se estendeu nos anos seguintes, ocorreu uma reorganização do movimento operário e popular que, em alguma medida, mudou, naquele momento, a cara do país. Os trabalhadores passaram a desempenhar, novamente, papel de destaque na cena política, econômica e social. As demandas sindicais e específicas mesclaram-se com os temas mais gerais daquela conjuntura e influenciaram fortemente a luta das classes trabalhadoras por direitos.

Um setor de ativistas operários e sindicais desempenhou um papel extremamente relevante na reorganização sindical a partir dos acontecimentos do final da década de 1970: o grupo de militantes de esquerda, dos mais variados matizes e que se abrigava no interior da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP). Sua constituição data do final dos anos 1960 e com sua ação, no interior das fábricas, manteve, particularmente em São Paulo, acesa a luta operária por melhores condições de vida e trabalho, tendo como pressuposto a demanda da organização dos trabalhadores por locais de trabalho e a bandeira das comissões de fábrica. De outra parte, no âmbito mais geral, reivindicava a transformação da sociedade capitalista e a defesa do socialismo.

As greves nos anos 1978-80, que se iniciaram em São Bernardo do Campo, encontraram nas fábricas da capital paulista um grupo extremamente aguerrido de militantes de esquerda que também tinham um significativo trabalho nos bairros da periferia da Grande São Paulo, seja relacionado com escolas de curso supletivo, movimentos contra a carestia, movimentos de mulheres tantos outros. Assim, a eclosão grevista a partir de 1978, que aparecia aos olhos de seus contemporâneos como algo

espontâneo, foi muito mais que isso: expressava todo aquele trabalho de resistência construído nos anos mais difíceis (1969-1977) contra a ditadura nas fábricas, nos bairros periféricos, bem como no conjunto da sociedade.

Esses setores de esquerda, assim como os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e outros grupos, foram fundamentais para a fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e desempenharam, até meados dos anos 2000, um forte protagonismo no interior do sindicalismo-CUT. No entanto, com a mudança na conjuntura política e sindical, a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país, em 2002, dois grupos saem dessa central sindical e criam outras agremiações: Conlutas (2004) e Intersindical (2006). Essas novas agremiações saídas da CUT têm, em alguma medida, relações com muitos dos aspectos mencionados acima, pois vêm de uma tradição de esquerda.

ACTB, formada em 2007, e que era representada na CUT pela Corrente Sindical Classista (CSC) deixou essa central em 2006. A trajetória desse agrupamento não se confunde, no entanto, com a história dos dois outros setores saídos da CUT: Conlutas e Intersindical. São concepções e práticas bem distintas.

Além disso, também em 2007 surge a União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão de três diferentes associações sindicais: a CGT (Confederação Geral do Trabalho), a CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores) e a SDS (Social Democracia Sindical).

O estudo dessas quatro novas instituições sindicais é o objeto do livro *As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras*, de Andréia Galvão, Paula Marcelino e Patrícia Vieira Trópia. As autoras, estudiosas e especialistas dos temas do trabalho e do sindicalismo no Brasil, brindam-nos com uma pesquisa sociológica extremamente acurada, na melhor tradição dos estudos de sindicalismo em nosso país, procurando desvendar as bases sociais dessas novas instituições sindicais. A investigação conduzida por

Galvão, Marcelino e Trópia, e que contou com a colaboração de 23 outros pesquisadores, teve a duração de quatro anos e a aplicação de cerca de três mil questionários em congressos, plenárias e encontros dessas quatro novas centrais sindicais. Para as autoras, não seria suficiente a análise do discurso dos dirigentes dessas instituições sindicais; seria importante levar em conta suas bases sociais para verificar o modo pelo qual se estabelece a representação. O resultado desse esforço de pesquisa é um livro que vem preencher uma importante lacuna nos estudos de sindicalismo no Brasil e que traz ao leitor informações extremamente úteis sobre quatro das novas centrais sindicais surgidas no Brasil nos últimos dez anos. Quem são seus representados? Quais são as suas bases sociais? Quais são os setores econômicos predominantes em cada uma dessas instituições? Quais são suas orientações político-sindicais? Quais as concepções que elas expressam sobre o modelo sindical brasileiro e em que medida o perfil, tanto social quanto político-ideológico, influenciaria as concepções desses setores no atual cenário político brasileiro? São essas as perguntas que a obra tentará responder.

Nesse aspecto, são muitas as novidades de pesquisa presentes neste estudo. Uma questão, a título de exemplo, diz respeito à estrutura sindical brasileira: 40% dos delegados ao I Congresso Nacional da Conlutas, realizado em Betim (MG), em julho de 2008, eram favoráveis à unicidade sindical. De outra parte, praticamente 65% dos delegados presentes ao III Encontro Nacional da Intersindical, realizado em São Paulo, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2009, se mostraram favoráveis a essa questão. No que tange à CTB, em seu congresso de fundação realizado em Belo Horizonte (MG), em 2007, a esmagadora maioria, 86,6%, mostrou-se também favorável à unicidade, percentual aproximado, dos sindicalistas da UGT que participaram da 1ª Plenária Nacional da União Geral dos Trabalhadores, em 28-29 de agosto

de 2009, na Praia Grande, São Paulo, quando 83,3% se mostraram favoráveis a esse instituto. Vale dizer que, independentemente das posições político-ideológicas das centrais sindicais, quando as questões se ao modelo sindical corporativo há uma espécie de impermeabilidade à mudança.

As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras percorre os mais variados temas que dizem respeito aos militantes sindicais em questão: suas concepções político-partidárias; a visão que têm sobre a estrutura sindical corporativa; suas opiniões sobre o que deveriam ser os principais temas da agenda sindical deste início de século XXI e traz, além disso, a partir dos dados da pesquisa de campo, uma análise refinada sobre o tema da opressão/discriminação e como essa questão é percebida ou não pelos atores. Por fim, este livro, ao mesmo tempo em que traça um retrato muito atual das novas centrais sindicais, problematiza as principais questões das relações de trabalho no Brasil e, a partir de uma pesquisa ampla e extremamente cuidadosa no tratamento dos dados, reflete sobre as ambiguidades e dicotomias do sindicalismo brasileiro na atualidade, em um momento crucial para o futuro dos direitos dos trabalhadores, quando muitas daquelas demandas que surgiram no bojo das mobilizações grevistas na segunda metade dos anos 1970 não foram contempladas e/ou conquistadas parcialmente, e estão sendo questionadas pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Iram Jácome Rodrigues

Sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, julho de 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A RECONFIGURAÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO

NOS ANOS 2000.....13

CAPÍTULO 1

A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA SINDICAL

NOS ANOS 2000.....23

1.1 Introdução23

1.2 Breve histórico das organizações e de suas lutas26

1.3 Perfil socioeconômico e político-ideológico dos delegados29

1.4 Perfil das entidades.....47

1.5 Considerações finais55

CAPÍTULO 2

AS BASES SOCIAIS DA CONLUTAS.....57

2.1 Introdução57

2.2 Quem é, afinal, a Conlutas?61

2.3 Perfil socioeconômico dos delegados64

2.4 Perfil político-ideológico dos delegados da Conlutas87

2.5 O perfil das entidades filiadas à Conlutas97

2.6 Considerações finais105

CAPÍTULO 3

AS BASES SOCIAIS DA INTERSINDICAL.....109

3.1 Introdução109

3.2 Perfil socioeconômico dos delegados111

3.3 Perfil político-ideológico dos delegados da Intersindical129

3.4 O perfil das entidades filiadas à Intersindical.....140

3.5 Considerações finais153

CAPÍTULO 4

AS BASES SOCIAIS DA CENTRAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL

157

4.1 Introdução	157
4.2 Perfil socioeconômico dos delegados	160
4.3 Perfil político-ideológico dos delegados	190
4.4 Perfil das entidades filiadas	201
4.5 Considerações finais	217

CAPÍTULO 5

AS BASES SOCIAIS DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

221

5.1 Introdução	221
5.2 Breve histórico da UGT	221
5.3 Perfil socioeconômico dos delegados	224
5.4 Perfil político-ideológico dos delegados	242
5.5 O perfil das entidades filiadas à UGT	249
5.6 Considerações finais	258

REFERÊNCIAS.....

261

ANEXOS.....

267

INTRODUÇÃO

A RECONFIGURAÇÃO DO SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 2000

O presente livro reúne artigos e relatórios de pesquisa produzidos no âmbito do projeto “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo”, iniciado em junho de 2008 e financiado pelo CNPq entre 2011 e 2012. O objetivo daquele projeto era mapear as centrais sindicais existentes a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, dado os laços históricos que unem aquele partido e o movimento sindical.

O período em questão foi marcado pela reconfiguração do sindicalismo brasileiro. Essa reconfiguração nos levou a formular uma série de questões que serviram de ponto de partida para nossa pesquisa: afinal, quais são as centrais existentes hoje no Brasil? Quem elas representam? Quais são suas bases? Que setores econômicos predominam em cada central? Que orientações político-sindicais têm cada central sindical brasileira? Que posição têm sobre a estrutura sindical e sobre o papel dos sindicatos? De que maneira o perfil social e o perfil político-ideológico das bases influenciam o posicionamento das centrais no atual cenário político brasileiro?

Para responder a essas questões, optamos por efetuar pesquisas de natureza quantitativa em congressos e encontros sindicais nacionais, posto que muitas das organizações eram recentes e havia pouca ou nenhuma bibliografia acumulada sobre sua constituição. Além disso, consideramos que os congressos possibilitam investigar as concepções e práticas sindicais na medida em que condensam e cristalizam múltiplas dimensões da vida de uma organização. Não são, por certo, a única forma de observar a definição de estratégias,

a expressão de disputas, a socialização de militantes, a consolidação de uma identidade coletiva, mas constituem um espaço privilegiado para apreender esses aspectos. Mesmo admitindo que possa ser um jogo de cartas marcadas, que decisões possam ser tomadas nos bastidores, que a cúpula possa criar mecanismos pouco democráticos ou burocratizados para se perpetuar no poder e, com isso, se distancie da base, os congressos constituem um momento em que a correlação de forças interna a uma organização pode se alterar, produzindo resultados por vezes inesperados (como o lançamento de candidaturas até então não cogitadas, a reprovação da prestação de contas das antigas direções, a aprovação de teses até então minoritárias). Por sua vez, mesmo que as resoluções congressuais possam ser desrespeitadas ou não orientem efetivamente a prática dos sindicatos filiados, os congressos são marcos significativos na história das organizações, na medida em que produzem discursos, dispositivos simbólicos, sinais de reconhecimento e pertencimento a um grupo, o que os torna um *locus* interessante para a pesquisa sindical (BÉROUD e PERNOT, 2012).

A pesquisa em congressos sindicais já foi importante no Brasil, mas desde os estudos de Rodrigues (1990b) e Jácome Rodrigues (1997), sobre a CUT, e de Rodrigues e Cardoso (1993) sobre a Força Sindical, as centrais sindicais não eram objeto de um levantamento sistemático sobre seus perfis sociopolíticos. Nesse sentido, nosso objetivo ao realizar este trabalho foi o de produzir dados que nos permitissem caracterizar e comparar as organizações pesquisadas.

Mas quais organizações privilegiar? O critério inicial a orientar nossas escolhas foi a novidade no cenário sindical. A oposição de algumas correntes sindicais ao governo Lula provocou rupturas com o PT e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), levando à criação de um novo partido (o Partido Socialismo e Liberdade, PSOL) e organizações sindicais, como a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical, logo nos primeiros anos do mandato

petista. Por sua vez, a Lei de Reconhecimento das Centrais, aprovada em 2008, levou a novas cisões no interior da CUT, com a criação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), e à fusão de centrais situadas à direita do cenário sindical, que vieram a constituir a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Essas foram as quatro organizações contempladas pela pesquisa, embora não sejam as únicas novas centrais que surgiram no período em questão¹.

O quadro atual das centrais sindicais brasileiras é bastante dinâmico e ainda carecemos de fontes de informação consolidadas sobre sua composição. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) dispõe, desde 2005, de um novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, mas este apresenta inconsistências, o que se deve tanto ao ritmo em que as informações são atualizadas pelas próprias organizações sindicais quanto ao processo de tramitação dos registros feito pelo Ministério. Além disso, as mudanças na filiação dos sindicatos às centrais provocam alterações nas estatísticas divulgadas pelo Sistema Integrado de Relações de Trabalho do MTE conforme o período em que se efetua a consulta. Mas mesmo quando a consulta é realizada em uma mesma data, observam-se variações nos dados apresentados nas diferentes páginas que compõem o portal de informações do Ministério. Por exemplo, as estatísticas referentes à distribuição dos sindicatos por central sindical e à aferição de centrais são ligeiramente distintas². Por fim, o portal não divulga a evolução histórica da filiação às centrais, o que dificulta o acompanhamento da trajetória de crescimento de cada uma delas.

O número de centrais sindicais registradas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego atingiu, em seu ápice, um montante de 13 (ver Quadro I). Se acrescentamos a Intersindical, organização

¹ O projeto aprovado pelo CNPq em 2010 previa a inclusão de outras centrais sindicais, mas algumas não autorizaram a realização de nossa pesquisa; outras não realizaram congressos nacionais entre 2011 e 2012.

² Cf. <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>> e <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/relacoes-de-trabalho/consulta-afericao-de-central-sindical/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

não registrada, poderíamos fixar em 14 o número de organizações de cúpula existentes no Brasil a partir de 2004³.

Quadro I – Centrais por número de sindicatos filiados, em 2015

Central sindical	Nº de sindicatos filiados
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)	2.312
FORÇA SINDICAL (FS)	1.638
UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES (UGT)	1.238
NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES (NSCT)	1.143
CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL (CTB)	744
CENTRAL SINDICAL DE PROFISSIONAIS/CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS (CSP/CSB)	498
CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL (CGTB)	242
CENTRAL DO BRASIL DEMOCRÁTICA DE TRABALHADORES (CBDT NACIONAL)	97
CENTRAL SINDICAL E POPULAR CONLUTAS	99
UNIÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES (UST)	06
CENTRAL UNIFICADA DOS PROFISSIONAIS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL	04
CENTRAL NACIONAL SINDICAL DOS PROFISSIONAIS EM GERAL (CENASP) *	01
Intersindical (sem registro)	Não disponível
Sindicatos não filiados a centrais	2.795
Total	10.813

Fonte:Elaboração própria, a partir dos dados do Sistema Integrado de Relações de Trabalho. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>> e <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoCentralSindicalFiliadoNaoFiliado.asp>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

* Dado de 2013. A partir de 2014, não há mais registro dessa central no MTE.

³ Esse número sobe para 14 se considerarmos que a Intersindical dividiu-se em duas entidades distintas, como explicamos no capítulo dedicado a essa organização.

Dentre essas organizações, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST são consideradas (em julho de 2015) representativas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo direito ao repasse de 10% dos recursos da contribuição sindical estabelecido pela lei de reconhecimento das centrais (a CGTB perdeu a representatividade em 2012 e a CSB alcançou o índice requerido para a obtenção de reconhecimento em 2013)⁴. Várias das centrais acima são pouco expressivas tanto em termos quantitativos quanto em termos de sua atuação junto aos trabalhadores, como a UST, a CBDT, a Central Unificada e a Cenasp, sendo que essas três últimas nem dispõem de página na internet para divulgar suas concepções e plataforma de ação. Por sua vez, CSP-Conlutas⁵, embora não reconhecida por lei, e Intersindical – que nem mesmo demandou seu registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – são bastante atuantes e presentes no cenário político brasileiro, o que nos motivou a pesquisá-las. Desse modo, o critério que orientou a escolha das centrais pesquisadas não foi seu tamanho, ou sua representatividade definida em termos estritamente quantitativos, uma vez que um de nossos objetivos era o de compreender o comportamento político de cada central.

Para isso, partimos da ideia de que não basta analisar o discurso das lideranças de uma central, sua filiação ou preferência partidária; é preciso levar em consideração quais são suas bases, e de que modo a relação de representação se estabelece⁶. Embora

⁴ A lei 11.648/2008 reconheceu oficialmente as centrais sindicais que atingissem 5% e, posteriormente, 7% de representatividade, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos. Conforme o artigo 6º da lei, o índice de representatividade é calculado a partir do total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical dividido pelo total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.

⁵ Nome adotado pela Conlutas a partir de 2010.

⁶ A noção de representação sindical recobre vários sentidos. A distinção que propomos a seguir inspira-se livremente em Hege (2000): 1) dimensão jurídica: compreende a definição de critérios de representatividade, geralmente quantitativos, para que o sindicato obtenha reconhecimento e prerrogativas institucionais; 2) dimensão sociológica: diz respeito à composição socioeconômica e profissional da base de uma organização sindical (o que não significa que haja uma correspondência exata entre esta e a composição da direção); 3) dimensão política: é relativa à representação

os delegados presentes nos congressos e plenárias sejam, predominantemente, dirigentes sindicais, trabalhamos com a hipótese de que há uma ressonância entre base e cúpula nas correntes sindicalmente mais ativas, mesmo que não numericamente as mais representativas em termos do volume de sindicatos e de trabalhadores filiados. Ademais, a hipótese de uma desconexão completa entre base e cúpula não permite explicar a manutenção da filiação do trabalhador ao sindicato ou do sindicato à central – modelo vigente no sindicalismo brasileiro. Quando esse distanciamento se verifica, a base tem a opção da desfiliação – posto que a filiação é voluntária – e/ou da cisão – ainda que a estrutura sindical corporativa favoreça um sindicalismo sem base (BOITO, 1991). Assim, no nosso entendimento, as centrais representam em alguma medida, e nesse sentido expressam, por meio do seu posicionamento diante dos governos e do patronato, os interesses de seus filiados. A relação entre os setores econômicos em que cada uma das centrais predominantemente se insere e suas bandeiras de lutas e orientações políticas e sindicais nos permitiu observar, por exemplo, que as centrais predominantemente enraizadas no setor público (como Conlutas e Intersindical) tendem a assumir bandeiras de luta anti-neoliberais e socialistas, e a se orientar politicamente em oposição tanto aos governos de Fernando Henrique Cardoso como aos governos petistas (nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff).

Os artigos que integram esta coletânea referem-se, pois, à CTB, à UGT, à Conlutas e à Intersindical “Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central”⁷. Esta

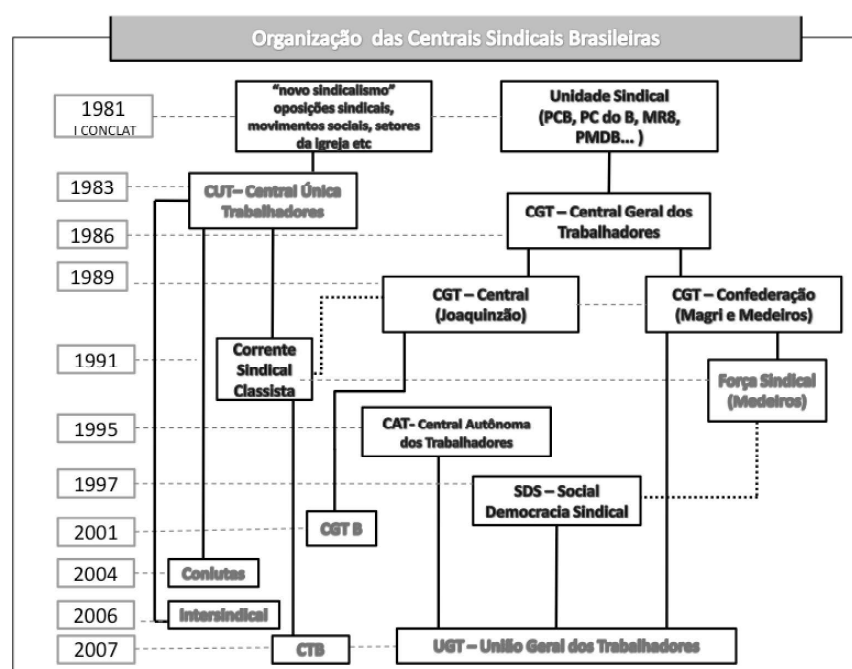
dos interesses coletivos de um grupo, que pode ser a base de filiados ou o conjunto dos trabalhadores da categoria e à capacidade de mobilização da base pela organização destinada a representá-la. Estamos tratando deste terceiro sentido, assumindo que a composição socioeconômica nos diz algo sobre a definição dos interesses coletivos.

⁷ A outra ala da Intersindical – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, não autorizou a realização da pesquisa.

Intersindical ensaiou um movimento de fusão com a Conlutas no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em julho de 2010, durante o qual também realizamos nossa pesquisa, e formalizou sua constituição como central em 2014, denominando-se Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

A Figura 1 indica a data de criação das organizações mais conhecidas, bem como os processos de cisão que sofreram, a fim de facilitar a compreensão sobre a origem e a trajetória das centrais mencionadas ao longo deste livro.

Figura 1



Fonte: Lemos (2014, p. 19 - adaptada).

A pesquisa consistiu fundamentalmente em seis *surveys*. Por meio da aplicação de questionários, buscamos levantar o perfil socioeconômico (nível de escolaridade e renda, profissão, setor de atividade econômica) e político-ideológico (relação com partidos e movimentos sociais, voto, posicionamento diante de questões da conjuntura política nacional) dos delegados presentes em congressos e outros eventos sindicais de abrangência nacional, bem como o perfil das entidades que esses delegados representam (número de associados, base de atuação, tipo de direção, principais reivindicações etc.). Nosso intuito não era apenas colher, sistematizar e divulgar informações e análises relativas a cada uma dessas organizações, mas também elaborar hipóteses para explicar o seu perfil socioeconômico e político. A comprovação dessas hipóteses depende ainda de muita pesquisa. É preciso relacionar de maneira fina os dados quantitativos aos documentos das centrais, aos discursos de suas lideranças, à análise do posicionamento efetivo assumido pelas centrais nas situações mais relevantes da conjuntura nacional, às suas disputas internas etc. Essa não é uma tarefa para um único projeto, nem para uma única equipe de pesquisa; requer o acúmulo, em longo prazo, dos trabalhos sobre sindicalismo no Brasil.

No decorrer da pesquisa foram aplicados aproximadamente 3.000 questionários ao longo de seis eventos sindicais de caráter nacional, assim distribuídos:

Trezentos e cinquenta e três questionários com 50 questões no I Congresso Nacional da Conlutas, ocorrido entre os dias 3 a 6 de julho de 2008, em Betim/MG (número que corresponde a 12,5% dos delegados do congresso); 347 questionários com 54 questões na 1ª *Plenária Nacional da União Geral dos Trabalhadores* (UGT), ocorrida entre os dias 28 e 29 de agosto de 2009, na Praia Grande/SP (número que corresponde a 74% dos delegados do congresso); 176 questionários com 57 questões no III Encontro Nacional da Intersindical, entre 31 de outubro e 1º de novembro de 2009 (número que cor-

responde a 58,6% dos delegados do encontro); 924 questionários com 54 questões no 2º Congresso Nacional da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) ocorrido na cidade de São Paulo (SP) entre os dias 24 a 26 de setembro de 2009 (número que corresponde a 61,6% do total de delegados); 763 questionários no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) ocorrido na cidade de Santos/SP, nos dias 5 e 6 de junho de 2010 (número que corresponde a aproximadamente 25% dos delegados do congresso); 368 questionários no 1º Congresso da CSP-Conlutas, de 27 a 30 de abril de 2012 em Sumaré/SP (número que corresponde a aproximadamente 13% dos delegados do congresso)⁸.

Participaram da aplicação dos questionários e do tratamento dos dados, além das autoras deste livro, também coordenadoras do projeto, outros 23 pesquisadores. Alunos de graduação em Ciências Sociais e Educação da Unicamp, USP e UFU: Cauê Vieira Campos, Danilo Torini, Isabela Amante, João Pedro Mendonça, Jonathan Faria, Marcos Antonio Rosa Junior, Marlene Santos da Silva, Miriam Porfírio, Priscila Souza de Carvalho (UFU), Yan Caramel; alunos do mestrado em Ciência Política da Unicamp: Ana Elisa Correa, Benjamin Parton, Marcela Medeiros, Patrícia Rocha Lemos, Tatiana Gonçalves; doutorando e doutoras em Sociologia e Ciência Política pela Unicamp e Unesp-Araraquara: Elaine Amorim, Guilherme Carvalho, Santiane Arias. A pesquisa contou com o apoio do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), sediado na Unicamp e responsável pelo processamento dos dados, particularmente de Rosilene Sydney Gelape e de Rachel Meneguello, e do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) também sediado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do qual a maior parte dos pesquisadores envolvidos no trabalho de campo era oriundo. A todos os pesquisadores envolvidos neste trabalho coletivo, bem como aos dirigentes das organizações pesquisadas, nosso profundo reconhecimento e agradecimento.

⁸ Os dados foram tratados com o programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

CAPÍTULO 1

A REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA SINDICAL NOS ANOS 2000

1.1 Introdução

Este texto tem como objetivo analisar três distintas organizações brasileiras, formadas ao longo dos anos 2000 a partir de dissidências da Central Única dos Trabalhadores (CUT): uma central estritamente sindical, a Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); uma central sindical e de movimentos populares, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e um agrupamento nacional de sindicatos, a Intersindical.

A criação dessas organizações faz parte de um processo de reconfiguração do sindicalismo brasileiro, em curso desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003 (GALVÃO, 2009; GALVÃO, 2012), e que se consolida com a aprovação da lei de reconhecimento das centrais, em 2008, a lei 11.648 (BRASIL, 2008)¹. Essa reconfiguração expressa o dinamismo do movimento sindical que, a despeito de enfrentar dificuldades de ordem objetiva e subjetiva, segue vivo e atuante: se organiza, negocia com governo e patrões, promove manifestações e greves (BOITO JR. e MARCELINO, 2010; GALVÃO, BOITO JR. e MARCELINO, 2011; SOUZA e TRÓPIA, 2012). Nesse sentido, constitui uma evidência do equívoco das teses acerca da crise “terminal” do sindicalismo, teses bastante difundidas na literatura sociológica internacional e que também se propagaram no Brasil².

¹ Estas três novas centrais passam a compor, juntamente com a União Geral dos Trabalhadores, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o atual cenário sindical no Brasil.

² A tese do declínio histórico do sindicalismo foi defendida no Brasil por Rodrigues (2002). Para uma crítica a partir de dados sobre a recuperação do sindicalismo brasileiro, cf. Boito Jr. e Marcelino (2010).

Nosso interesse é compreender o significado da criação dessas novas organizações no panorama do sindicalismo brasileiro a partir dos anos 2000. CTB, Intersindical e Conlutas resultam de várias cisões daquela que é, historicamente, a mais importante central sindical brasileira, a CUT, e se situam no campo político-ideológico de esquerda no sindicalismo, endereçando críticas de diversas ordens aos governos petistas, governos apoiados pela parcela majoritária do movimento sindical, inclusive pela própria CTB³. Além disso, o surgimento das três centrais evidencia as ambiguidades da estrutura sindical brasileira, uma estrutura sindical marcada pela unicidade nas organizações de base e pelo pluralismo na cúpula e com a qual os dirigentes sindicais mantêm uma relação complexa e contraditória: aproveitam-se de suas vantagens para criar organizações e para obter os recursos necessários a sua sobrevivência, contribuindo para a reprodução do edifício corporativo, ao mesmo tempo em que tecem críticas a alguns de seus aspectos, uma vez que essa estrutura estabelece limites à atuação dos sindicatos e favorece a burocratização.

A caracterização da estrutura sindical e a análise de seus efeitos sobre o sindicalismo brasileiro têm sido, há tempos, objeto de um intenso debate: discute-se se a referida estrutura assegura ou não a liberdade e autonomia sindicais; se pode ainda ser considerada corporativista; se a intervenção do Estado no campo da organização sindical deve ser defendida ou rechaçada etc. Almeida (1989) considera que a Constituição de 1988 teria substituído o corporativismo estatal por um modelo neocorporativista. Para Rodrigues (1990a), a Constituição de 1988 teria dado origem a uma estrutura sindical “híbrida”. Boito Jr. (1991), diferentemente, sustenta que a Constituição possibilitou a democratização da forma de gestão dos

³ Enquanto Conlutas e Intersindical fazem uma crítica de fundo aos governos do PT, criticando as alianças eleitorais do partido e considerando que seu programa político não rompe com o neoliberalismo, a CTB entende que os governos petistas são disputados pelos diferentes interesses de classe. Essa compreensão lhe leva a apoiar as medidas que, a seu ver, beneficiam os trabalhadores, criticando apenas aquelas medidas que considera prejudiciais à classe trabalhadora.

sindicatos, sem, contudo, romper com a estrutura sindical corporativa. Oliveira et al.(1993); Cardoso e Comin (1995); Arbix (1996) atribuíram à experiência das câmaras setoriais – arranjo tripartite vigente entre 1992 e 1995 – a capacidade de provocar a transição do sindicalismo brasileiro rumo ao neocorporativismo. Cardoso (1997) argumenta que, apesar da manutenção de seus principais aspectos formais, a estrutura sindical teria sido superada na prática. Já para Pochmann (1998), a preservação dos traços gerais do modo de organização e representação de interesses estabelecido na década de 1930 continua limitando a prática dos agentes.

Além das controvérsias encontradas na bibliografia, a questão do sindicalismo corporativo também provoca polêmicas no meio sindical. Os temas de liberdade e autonomia sindicais, assinatura da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), unicidade sindical, imposto sindical e demais contribuições compulsórias estão presentes em grande parte dos congressos e encontros nacionais das centrais brasileiras, demandando dos dirigentes sindicais que se posicionem diante deles. Apesar de alguns autores considerarem-na superada, essa discussão perpassa o processo de criação das novas organizações posto que a perspectiva de uma reforma sindical fazia parte da agenda política dos governos Lula.

Os dados apresentados neste texto foram colhidos por meio de *surveys* realizados em Congressos e plenárias nacionais⁴. Os questionários aplicados visavam traçar o perfil socioeconômico e político-ideológico dos delegados participantes e o perfil das entidades que eles representavam. Apesar da forma de aplicação dos questionários ter variado um pouco⁵ e do número de questões e a

⁴ As pesquisas foram aplicadas no I Congresso Nacional da Conlutas(2008), no 2º Congresso Nacional da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (2009) e no III Encontro Nacional da Intersindical, (2009). O tratamento quantitativo dos dados foi feito no SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Também realizamos uma pesquisa no I Congresso Nacional da CSP-Conlutas(2012). Para acompanhar a trajetória dessa central entre os dois congressos em questão, ver Galvão e Trópia (2014).

⁵ Preenchimento pelo pesquisador no caso da Conlutas e autopreenchimento pelos delegados nos demais.

porcentagem de respondentes também ser distinto, consideramos que essas diferenças não inviabilizam a comparação dos dados⁶.

Este texto divide-se em três partes: na primeira, retomamos a origem das centrais; na segunda, analisamos o perfil econômico-social e político-ideológico dos delegados pesquisados; na terceira, apresentamos um breve perfil das entidades.

1.2 Breve histórico das organizações e de suas lutas

A Conlutas surgiu em março de 2004, a partir de algumas correntes que integravam a CUT: o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre elas o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento Avançando Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). A saída dessas correntes foi provocada por dois fatores: em primeiro lugar, suas lideranças e militantes tinham uma posição crítica em relação ao apoio da CUT ao governo Lula; em segundo, essas correntes se opunham à participação da central nos organismos tripartites (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT) criados pelo governo para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical. A reforma da previdência de 2003, em especial, gerou uma grande insatisfação entre os funcionários públicos, que tiveram seus direitos reduzidos. A resistência da CUT a convocar uma greve contra a reforma⁷ provocou a crítica de vários sindicatos de funcionários públicos, alguns dos quais deixaram a central posteriormente.

⁶ Uma das distorções que podem aparecer decorre do fato de a Conlutas englobar entidades não sindicais, embora, como veremos, o movimento sindical constitua a maioria em seu interior. Porém, salvo menção em contrário, optamos por não isolar os sindicatos para que fosse possível uma compreensão global da Conlutas. Os dados advindos do movimento sindical foram trabalhados de forma isolada apenas quando julgamos pertinente.

⁷ Essa resistência não impediu a deflagração da greve, mas certamente a enfraqueceu. Em seu auge, ela reuniu cerca de 50 mil manifestantes em Brasília.

A Intersindical, por sua vez, foi criada em 2006 e seu objetivo principal, segundo o Manifesto de Fundação, era resgatar os princípios fundamentais que teriam norteado a fundação da CUT. A Intersindical propõe-se a organizar os sindicatos a partir das bases, condicionando à vontade dessas a criação ou não de uma nova central sindical. Essa nova organização deveria se constituir em um instrumento político e organizativo capaz de disputar os rumos do sindicalismo, em resposta ao que era identificado como uma crise do conjunto do movimento sindical – decorrente da ofensiva neoliberal e de suas consequências em termos de precarização das condições de trabalho e emprego – e uma crise específica que teria atingido a CUT. Embora dividida em duas desde 2008, a Intersindical “Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora” e a Intersindical “Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central”, ambas mantinham o princípio de que uma nova central sindical deveria ser construída por um movimento preliminar nas bases⁸.

A CTB também se originou de uma corrente atuante no interior da CUT. Suas origens remontam à atuação da Corrente Sindical Classista (CSC), que no período democrático pós-1985 integrou, inicialmente, a antiga Central Geral dos Trabalhadores (CGT), mas que, em 1988, rompeu com essa central e, em 1990, passou a integrar os quadros da CUT. A permanência dos sindicalistas da CSC dentro CUT se estendeu por um período de 16 anos. No 9º Congresso Nacional da CUT, em 2006, a aliança com essa central foi rompida e, em 2007, a CTB foi fundada. As razões dessa ruptura com a CUT diferem daquelas que motivaram a saída das correntes que fundaram a Conlutas e a Intersindical. Segundo Wagner Gomes, presidente da CTB, em 2005 a CSC representava quase 20% da CUT. Para os sindicalistas da CSC, a CUT não cumpria

⁸ Referimo-nos neste texto apenas à Intersindical “Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central”, que foi a ala com a qual efetuamos nossa pesquisa. Esta Intersindical ensaiou um movimento de fusão com a Conlutas em julho de 2010, iniciativa que não vingou. Em 2014, fundou oficialmente a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

mais o papel de representar a diversidade do movimento sindical. Uma das principais divergências dos sindicalistas ligados à CSC em relação ao grupo majoritário da CUT era a defesa, por esse último, da Convenção 87 da OIT. Entre outros pontos, essa Convenção indica a adoção do pluralismo sindical, princípio que contrasta com a histórica defesa da unicidade sindical por parte dos sindicalistas ligados à CSC e à CTB. Na concepção dessa corrente sindical, o pluralismo enfraqueceria o movimento sindical ao estimular a divisão dos trabalhadores de uma categoria em diferentes sindicatos.

A CTB é oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro desde a primeira aferição de representatividade feita pelo Ministério do Trabalho e do Emprego em 2008. Em 2012, ocupava a quarta posição, dentre cinco centrais consideradas representativas segundo os índices estabelecidos pelo governo (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012). A Conlutas não possui filiados suficientes para usufruir dessa prerrogativa e a Intersindical não busca ser oficialmente reconhecida como central sindical. Cumpre notar que a CUT, apesar das defecções (saída de correntes para criar outras centrais) que sofreu, continua a ocupar o posto de maior central sindical brasileira, atingindo 36,7% de representatividade em 2012.

Embora estejam no campo da esquerda sindical, Conlutas, Intersindical e CTB tem raízes partidárias, concepções sindicais e posições políticas distintas. Cada uma delas é hegemonizada por um partido político⁹: na CTB predomina o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); na Conlutas, a hegemonia é do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e na Intersindical, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é dominante. Todos eles declaram-se socialistas, mas esposam concepções distintas de socialismo e defendem táticas políticas diferentes para a intervenção na conjuntura brasileira.

⁹ Tais partidos são, não apenas, numericamente dominantes nas respectivas centrais, mas suas orientações político-ideológicas convergem com as das centrais.

A vinculação partidária nos ajuda a entender a estruturação e a ação dessas organizações, bem como seus distintos posicionamentos políticos: a Conlutas, que a partir de dezembro de 2010 passou a se denominar CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas), defende uma posição de ruptura com o governo federal; a Intersindical integra o movimento de oposição ao governo sem, contudo, proclamar uma ruptura explícita com ele; e a CTB realiza críticas pontuais ao governo, ao mesmo tempo em que o partido que a hegemoniza, o PCdoB, integra a aliança política que compõe e sustenta os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essas diferenças, contudo, não impedem que as três organizações promovam manifestações conjuntas que, por vezes, contam com a participação da própria CUT e das demais centrais sindicais que apoiam o governo¹⁰.

Após essa breve incursão histórico-política, passemos à apresentação dos dados da pesquisa.

1.3 Perfil socioeconômico e político-ideológico dos delegados

Ao analisar o perfil socioeconômico dos delegados, a sua inserção na estrutura produtiva, bem como as bandeiras e orientações políticas que eles e suas entidades defendem, identificam-se aspectos que nos ajudam a explicar a dinâmica política de alianças e dissidências, de acomodação e frustração de interesses entre as forças políticas atuantes no campo sindical, quando o primeiro governo do PT chega ao poder em 2003.

¹⁰ Uma discussão das razões dessas manifestações unitárias extrapolaria os limites deste artigo, embora a unidade de ação seja um elemento enfatizado no discurso sindical como forma de fortalecer a luta.

Uma primeira comparação relativa ao perfil socioeconômico compreende a composição de gênero das três organizações. A Tabela 1¹¹ indica que em todas prevalecem os homens: 56,8% na Intersindical – das três, aquela em que as mulheres (43,2%) estavam numericamente melhor representadas –, 64,6% na Conlutas e 70,1% na CTB. Esses dados confirmam a tradição masculina de composição do movimento sindical, mesmo quando este se organiza juntamente com o movimento popular, como no caso da Conlutas¹².

Tabela 1 – Gênero dos delegados, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
Masculino	64,6	56,8	70,1
Feminino	35,4	43,2	29,9
Total	100,	100,	100,

No que se refere à idade, como se pode observar na Tabela 2, em todas as centrais prevalecem delegados nas faixas etárias superiores: 40,9% têm entre 41 e 50 anos na Intersindical, 40,3% na CTB e 29,2% na Conlutas. Essa é uma tendência verificada internacionalmente e evidencia uma dificuldade de renovação do movimento sindical. A segunda faixa etária que concentra o maior número de delegados na Conlutas é a situada entre 19 e 24 anos, com 19,5% dos respondentes da pesquisa. Isso se deve à presença de delegados do movimento social, especialmente do movimento estudantil.

¹¹ Salvo indicação em contrário, todas as tabelas e gráficos do livro são de elaboração das próprias autoras.

¹² Quando consideramos separadamente os dados relativos ao gênero, 29,1% dos delegados do movimento sindical e 47,2% dos delegados dos movimentos sociais são mulheres.

Tabela 2 – Idade dos delegados, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
15 a 18 anos	3,7	-	-
19 a 24 anos	19,5	2,8	1,2
25 a 30 anos	13,0	12,5	5,7
31 a 40 anos	18,7	21,6	25,0
41 a 50 anos	29,2	40,9	40,3
51 a 68 anos	15,9	22,2	26,6
Mais de 69 anos	-	-	1,1
Total	100,	100,	100,

Outra variável importante para nossa pesquisa, embora tenha causado bastante polêmica por sua utilização, é a categoria “cor”. Optamos por utilizá-la no lugar da categoria “raça” porque, embora o racismo seja uma prática recorrente na sociedade brasileira e a discriminação racial produza disparidades salariais e diferenças no usufruto de direitos trabalhistas – como diversas pesquisas sobre mercado de trabalho apontam (entre outras, DIEESE/SEADE, 2012) –, entendemos que raça não é uma categoria biológica, mas uma construção social. Uma parte do movimento negro, porém – como o movimento “Qui-lombo, raça e classe”, que integra a Conlutas – opõe-se veementemente à utilização da categoria cor, inclusive nas pesquisas, reafirmando a condição de negro e defendendo sua identidade racial. Esse é um debate político e sociológico de grande relevância, que uma pesquisa como a nossa não tinha pretensão, nem condição, de resolver¹³. Assim, optamos pela classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹³ Para um debate sobre o conceito de raça ver: Guimarães (2002).

(IBGE) à época da pesquisa, que dividia a população brasileira em cinco categorias de “cor”: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, considerando pretos e pardos como negros.

No caso da pesquisa com os delegados da Conlutas, esse dado foi obtido a partir de uma questão aberta, na qual se solicitava a auto-identificação dos entrevistados. O agrupamento dos dados posteriormente realizado baseou-se na classificação do IBGE, com o intuito de padronizar os resultados e possibilitar comparações. Já para a Intersindical e a CTB a questão era fechada, sendo que no primeiro caso acrescentamos a opção “prefiro não me classificar” às alternativas do IBGE. A Tabela 3 indica que, nas três organizações, um número significativo de delegados não declarou sua cor ou assinalou a alternativa “prefiro não me classificar”: 14,7% dos delegados da Conlutas, 9,4% da Intersindical e 14,9% da CTB, o que pode indicar uma dificuldade dos delegados em se auto-classificar ou pode expressar uma oposição político-ideológica à utilização da categoria cor como critério de classificação. Se somarmos pretos e pardos, temos 45,9% dos pesquisados da Conlutas, 38,5% entre os delegados da Intersindical e 52,2% do total de delegados da CTB. Declararam-se brancos 38,5% dos delegados da Conlutas, 47,1% da Intersindical e 31,5% da CTB. A Intersindical registra 2,4% de delegados amarelos e 1,8% de indígenas, enquanto a Conlutas apresenta 0,8% de indígenas – não havendo delegados amarelos – e a CTB comporta 1,2% de delegados amarelos, indígenas e outros. A CTB é, nesse sentido, a que mais se aproxima do perfil da população brasileira, que segundo os dados apurados pelo Censo de 2010, seria representada por 50,6% de negros (pretos + pardos)¹⁴.

¹⁴ Embora constituam a maioria da população, a presença majoritária de pretos e pardos entre os delegados de um congresso não é a regra no movimento sindical brasileiro, o que pode indicar uma maior inserção da CTB em setores populares.

Tabela 3 – Cor dos delegados, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
Branca	38,5	47,1	31,5
Preta	22,7	11,2	24,2
Parda	23,2	28,2	28,0
Amarela	-	2,4	0,4
Indígena	0,8	1,8	0,4
Cor não declarada/prefiro não me classificar/não respondeu	14,7	9,4	14,9
Outros	-	-	0,4
Total	100,	100,	100,

No que se refere à escolaridade dos delegados, observamos, pela Tabela 4, que nas três organizações os pesquisados têm um alto nível de escolaridade: se consideramos os percentuais compreendidos entre o superior incompleto à pós-graduação, encontramos 60,4% dos delegados da Conlutas, 62,8% da Intersindical e um número menor de delegados da CTB, 47,8%. A alta escolaridade dos delegados da Conlutas e da Intersindical pode ser atribuída à presença majoritária de funcionários públicos nessas entidades: conforme a Tabela 5, os funcionários públicos correspondem a 55,6% dos delegados da Conlutas (número que sobe para 63,4%, se consideramos apenas os delegados do movimento sindical) e 57,9% da Intersindical. Esses números são bastante superiores à participação do emprego público no total de ocupados. Valendo-se de uma concepção ampla de emprego público, que considera não apenas os trabalhadores da administração direta em todas as esferas de governo, mas também as ocupações da administração indireta (autarquias, fundações e demais órgãos autônomos do setor público)” e “empre-

gados de empresas estatais (tanto de empresas públicas quanto de sociedadesde economiamista sob controle direto ou indireto do Estado)”, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que o montante de empregos públicos em relação ao total de ocupados era de 12,5% em 2006 (IPEA, 2009, p. 2 e 5).

Já na CTB, central que se constitui como força apoio e da qual saíram quadros para composição dos escalões intermediários dos governos Lula e Dilma Rousseff, a maioria dos pesquisados é de trabalhadores urbanos do setor privado da economia (42,3%), embora um número expressivo (32,8%) seja também de funcionários públicos. Diferentemente das outras duas organizações, nota-se na CTB a presença significativa de empregados ou assalariados rurais, que tradicionalmente possuem baixa escolaridade, entre os participantes (19,9%)³⁵.

Tabela 4 – Nível de escolaridade dos delegados, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
Analfabeto	0,3	-	0,4
Ensino fundamental incompleto	5,4	5,7	9,5
Ensino fundamental completo	2,5	2,3	6,0
Ensino médio incompleto	7,1	2,3	7,1
Ensino médio completo	24,4	26,9	29,2
Superior incompleto	29,2	17,7	14,1
Superior completo	15,6	23,4	16,5
Pós-graduação	15,6	21,7	17,2
Total	100,	100,	100,

³⁵ Outro dado interessante relativo ao perfil ocupacional dos delegados diz respeito à participação dos desempregados: 6,8% dos delegados da Intersindical, 6,5% da Conlutas e 4,8% da CTB encontravam-se nessa condição.

Tabela 5 – Tipo de ocupação dos delegados, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
Funcionário Público	55,6	57,9	32,8
Trabalhador assalariado urbano do setor privado	33,2	37,2	42,3
Trabalhador rural	0,4	-	19,9
Autônomo/Conta própria	9,2	1,8	2,2
Profissional liberal	1,2	0,6	1,9
Outro	0,4	2,4	0,9
Total	100,	100,	100,

* Excluídos aposentados e desempregados.

Conlutas e Intersindical foram formadas no bojo da reforma da previdência do primeiro governo de Lula da Silva, reforma que atingiu os funcionários públicos com o fim da aposentadoria integral. Apesar das dissidências, a CUT segue sendo a maior central entre os funcionários públicos. Segundo levantamento realizado junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre os 1.698 sindicatos filiados à CUT em janeiro de 2009, 222 eram de funcionários públicos. Naquele mesmo ano a Conlutas tinha apenas 39 sindicatos registrados, dos quais 7 de funcionários públicos¹⁶. Há duas explicações para a disparidade entre os dados oficiais e os encontrados por nossa pesquisa¹⁷: 1) o registro oficial não contabiliza as oposições, que constituem uma parte importante de atuação da Conlutas (dentre os delegados dos 222 sindicatos pesquisados, 73 eram membros de oposições sindicais);

¹⁶ Não há dados para a Intersindical, pois esta organização não solicitou registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁷ 222 sindicatos pesquisados no Congresso da Conlutas, sendo 149 de funcionários públicos.

2) os procedimentos exigidos pelo registro oficial tornam-no defasado em relação à filiação efetiva dos sindicatos às centrais. Essa é, aliás, uma crítica que todas as centrais endereçam ao Ministério.

Os dados sobre a distribuição dos delegados entre os diferentes setores econômicos mostram traços importantes sobre o perfil de filiação do sindicalismo de esquerda. Tal como acontecia na CUT (RODRIGUES, 1990b), o setor de Educação e Cultura é forte nas três centrais analisadas; como indica a Tabela 6, em todas elas esse é o setor em que trabalha a maioria dos respondentes de cada um dos eventos pesquisados. Novamente uma semelhança importante pode ser observada entre Conlutas e Intersindical: 35% e 36%, respectivamente, de trabalhadores ligados à educação e cultura, e 24,5% na CTB. A presença de 22,6% trabalhadores do sistema financeiro – em sua maioria, bancários – constitui uma particularidade da Intersindical. Na CTB identificamos a maior porcentagem de trabalhadores do setor agrícola (20,8% – não apenas assalariados, mas também arrendatários e trabalhadores por conta própria). Note-se que nas três organizações o número de delegados da indústria é relativamente baixo: 15% na Conlutas, 16,5% na Intersindical e 16,3% na CTB, o que corrobora a tendência observada em outros países de menor participação do setor industrial no sindicalismo e de crescimento do sindicalismo do setor de serviços. O número de delegados da indústria nas três organizações é compatível com o registrado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), segundo a qual 14,7% dos ocupados estavam inseridos nesse grupamento de atividade em 2009. Já o número de delegados da agricultura, excetuando-se a CTB, está bastante distante ao registrado por esse instituto: 17% do total de ocupados em 2009.

Tabela 6 – Delegados por setor econômico, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
Indústria	15,0	16,5	16,3
Sistema Financeiro	5,5	22,6	3,4
Comércio	4,3	1,8	6,8
Serviços	16,1	0,0	12,9
Transporte	4,7	1,2	6,5
Educação e Cultura	35,0	36,0	24,5
Seguridade Social	7,1	15,2	3,3
Agricultura	4,3	0,6	20,8
Outros	7,9	6,1	5,4
Total	100,	100,	100,

A renda percebida pelos delegados situa-se nas faixas salariais mais baixas, contrastando com o alto nível de escolaridade observado. Esse contraste pode ser explicado pelo arrocho salarial que afetou o funcionalismo público após a adoção do Plano Real (1994) e pela desestruturação da carreira após a Reforma Administrativa de 1998. Conforme a Tabela 7, o maior número de respondentes da Conlutas e da CTB percebe até três salários mínimos¹⁸: 41% e 41,7%, respectivamente. Na Intersindical – organização que tinha a maior quantidade de delegados com alto nível de escolaridade – a maioria não absoluta dos pesquisados (37,9%) encontra-se na faixa dos que percebem renda maior que três até cinco salários mínimos. Somadas as duas faixas de renda iniciais, observamos que 64,2% dos delegados da Conlutas, 73% da Inter-

¹⁸ O valor do salário mínimo em 2009, ano em que foram realizadas duas das pesquisas aqui apresentadas, era de R\$ 465,00, ou 265 dólares pela taxa de câmbio vigente em dezembro daquele ano.

sindical e 65,3% da CTB ganham até 5 salários mínimos¹⁹.

Tabela 7 – Renda mensal dos delegados em % de respostas válidas

	Conlutas	Intersindical	CTB
Até 3 salários mínimos	41,0	35,1	41,7
Mais de 3 a 5 salários mínimos	23,1	37,9	23,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	16,5	23,0	23,7
Mais de 10 salários mínimos	7,8	2,8	8,3
Não tem renda	11,6	1,1	2,7
Total	100,	100,	100,

Embora as condições de trabalho tenham sido profundamente afetadas pelo neoliberalismo e pelas novas formas de organização do trabalho implementadas no interior das empresas (ANTUNES, 1997; BOITO, 1999; GALVÃO, 2007; KREIN, 2007; POCHMANN, 2007), indicadores de precarização no emprego não aparecem de maneira significativa na pesquisa. Tanto no setor privado quanto no setor público, a situação predominante é de estabilidade. Os delegados com contratos precários ou sem contrato constituem uma minoria nas três organizações: os terceirizados são 7,4% na Conlutas, 4% na Intersindical, 5,5% na CTB; os contratos de duração determinada são 7,5% na Conlutas, 1,9% na Intersindical e 6,6% na CTB. Os contratos por pessoa

¹⁹ A renda dos delegados é mais elevada do que a percebida pelo conjunto de ocupados no Brasil: segundo a PNAD de 2009, 71,9% dos ocupados com mais de 10 anos de idade percebiam até 3 salários mínimos.

jurídica – que, via de regra, constituem uma forma de burla da legislação trabalhista, na medida em que ocultam uma relação de assalariamento – são 1,7% na Conlutas e 2,1% na CTB, não tendo sido apontado como forma de contratação na Intersindical; e os contratos em tempo parcial são 0,4% na Conlutas e 1,1% na CTB, novamente sem indicação dentre os delegados da Intersindical. Longe de refletir a realidade do mercado de trabalho que, nos últimos vinte anos, foi marcado pelo crescimento da terceirização e do recurso a contratos atípicos, essa situação exprime a particularidade do movimento sindical: os participantes de encontros nacionais tendem a ser dirigentes sindicais e estes, ao contrário dos trabalhadores de base, tendem a ter uma situação contratual mais estável, sendo geralmente contratados por tempo indeterminado, o que favorece a própria atividade de militância, sobretudo no setor privado, no qual a rotatividade no emprego tende a ser grande. Além disso, os dirigentes são, em geral, protegidos por cláusulas que asseguram a estabilidade no emprego.

Quanto ao perfil político-ideológico, observamos que os delegados presentes nos eventos nacionais das três organizações pesquisadas têm claras vinculações partidárias. Isso nos leva a formular a hipótese segundo a qual há uma afinidade entre a vinculação partidária dos delegados e a base social das centrais sindicais, de modo que as preferências partidárias dos delegados parecem refletir interesses e disposições disseminados no conjunto da base social que integra cada central.

O PSOL era partido preferido por 82,1% dos delegados presentes no Encontro Nacional da Intersindical; já entre aqueles que eram filiados a algum partido, 94,1% o eram ao PSOL. No Congresso da Conlutas, 72,5% dos delegados entrevistados apontaram o PSTU como partido de sua preferência; por sua vez 72,6% dos delegados que possuíam um vínculo partidário eram filiados ao PSTU. No Congresso da CTB, o PCdoB desfrutava da condição

de partido preferencial de 65,5% do total de delegados, enquanto representava 72,4% das filiações partidárias dos delegados da central, segundo os dados das Tabelas 8 e 9²⁰.

Tabela 8 – Preferência partidária dos delegados, em % de respostas válidas

	Conlutas	Intersindical	CTB
PSOL	11,8	82,1	0,2
PSTU	72,5	-	-
PT	0,9	17,9	10,3
PCdoB	-	-	65,6
Outras preferências	14,8	-	23,9
Total	100,	100,	100,

O PT aparece em segundo lugar na preferência dos entrevistados da Intersindical, com 17,9%, e na CTB com 10,3%. Para os militantes da Conlutas, a segunda opção partidária é o PSOL, com 11,8%, e não o PT, que aparece apenas como quarto partido preferido. A posição ocupada pelo PSOL dentro da Conlutas favoreceu a aproximação entre a Intersindical e a Conlutas, que se refletiu na tentativa de união em meados de 2010. Ademais, o fato das bases sociais dessas duas centrais terem perfis socioeconômicos muito semelhantes pode também ter contribuído para essa tentativa de união. Por fim, ainda que a fusão não tenha se concretizado naquele momento, a oposição aos governos do PT por parte da Conlutas e da Intersindical possibilita o desenvolvimento de ações conjuntas entre as duas organizações.

²⁰ Note-se que a porcentagem de delegados filiados a partidos é elevada em todas as centrais: 58,4% na Conlutas, 58,5% na Intersindical e 82,5% na CTB.

Tabela 9 – Filiação partidária dos delegados, em % de respostas válidas

	Conlutas	Intersindical	CTB
PCdoB	-	-	72,4
PSB	1,0	1,0	9,3
PT	2,5	3,0	8,8
PMDB	0,5	1,0	1,6
PTB	0,5	-	0,7
PP	0,5	-	0,4
PSOL	17,4	94,1	0,1
PSTU	72,6	-	-
Outros partidos ou agremiações de esquerda	5,0	1,0	6,7
Total	100,	100,	100,

A oposição aos governos do PT por parte da Conlutas e da Intersindical e a importância de PSTU e PSOL dentro delas se expressam, do ponto de vista eleitoral, no apoio majoritário dos delegados das duas centrais a Heloísa Helena nas eleições presidenciais de 2006: 59,2% dos delegados da Conlutas e 64,7% dos delegados da Intersindical votaram, no primeiro turno daquele escrutínio, na candidata da coligação composta pelos dois partidos – dentre outros. Nas duas centrais houve um percentual razoável de votos na candidatura Lula: 16,1% na Conlutas e 23,7% na Intersindical, o que de certo modo contraria a preferência partidária declarada pelos delegados dessas organizações, já que apenas 0,9% dos delegados da Conlutas e 17,9% da Intersindical apontaram o PT como partido de sua preferência. Identificar claramente os motivos dessa diferença entre orientação partidária e decisão de voto exigiria uma pesquisa específica. De qualquer forma, parece-nos pos-

sível supor que a crítica ao PT não é tão enraizada no conjunto dos delegados ou que o voto útil desempenhou um papel importante na opção por Lula ao invés de Heloísa Helena.

Já na CTB, a relação entre preferência partidária e voto no primeiro turno das eleições de 2006 foi inversa à observada na Conlutas e na Intersindical, uma vez que o número de delegados que disse ter votado em Lula no primeiro (92,7%) superou – e muito – o número de delegados que declarou ter preferência pelo PCdoB (65,5%), como indica a Tabela 10.

Tabela 10 – Voto no primeiro turno das eleições de 2006 (em %)

	Conlutas	Intersindical	CTB
Cristovam Buarque (PDT)	2,6	2,3	1,3
Geraldo Alckmin (PSDB/PFL)	1,7	1,7	2,4
Heloísa Helena (PSOL/PSTU/PCB)	59,2	64,7	2,2
Lula (PT/PRB/PCdoB)	16,1	23,7	92,7
Outro candidato	6,6	3,5	1,1
Voto nulo ou branco	13,8	4,1	0,3
Total	100,	100,	100,

Entendemos que as formas de atuação e organização de cada partido e as suas especificidades programáticas, táticas e estratégicas devem produzir sobre as centrais sindicais efeitos pertinentes. Mas, sobre isso, há pouca bibliografia produzida no Brasil. Parece-nos haver um discurso comum entre analistas e sindicalistas segundo o qual o movimento sindical deve ter independência frente aos partidos políticos. Inclusive no plano da legislação eleitoral, é vetado aos sindicatos e às centrais o apoio

financeiro explícito e direto a qualquer candidatura a cargos eletivos. Porém, tanto esse discurso quanto essa proibição legal são contrariados pela prática sindical, sendo forte a relação entre sindicatos e partidos²¹. As centrais, quando desejam apoiar algum candidato ao Legislativo ou ao Executivo, precisam fazê-lo de maneira velada, para que seu apoio não seja considerado ilegal pela Justiça Eleitoral. Sendo escassa a pesquisa sobre a relação entre partidos e sindicatos no Brasil, o que podemos fazer neste capítulo é levantar algumas hipóteses.

Nossa pesquisa evidencia que a CTB, se comparada às organizações que fazem oposição ao governo Lula, tem maior presença nas camadas sociais mais populares, como o operariado urbano e as classes médias baixas, que, segundo Boito Jr. (2012), constituem uma das bases de apoio popular mais perenes dos governos do PT. É plausível, portanto, supor que o apoio da CTB aos governos do PT tenha atraído setores mais populares do sindicalismo para essa central. Uma segunda hipótese diz respeito ao peso reduzido do setor rural na Intersindical e na Conlutas, se comparado à CTB. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que o trotskismo – tradição forte no PSOL e que define o PSTU como partido – tem concentrado sua atividade política e sindical no meio urbano (MAVRAKIS, 1973). Por fim, chama a atenção a presença de segmentos de trabalhadores com salários mais elevados na Conlutas, sobretudo professores das universidades federais e funcionários do sistema judiciário. Esse dado sugere que a oposição do PSTU aos governos do PT pode ter canalizado para a Conlutas insatisfações corporativistas de setores da alta classe média, segmento especialmente atingido pela reforma da previdência do governo Lula.

Outros aspectos do perfil político-ideológico investigados pela pesquisa dizem respeito à estrutura sindical brasileira,

²¹ Essa relação não é uma característica do sindicalismo em geral. Em países como a França, em que a tradição de autonomia sindical remonta à Charte d'Amiens (1906) os pertencimentos partidários não são explicitados, o que inviabilizaria uma pergunta dessa natureza durante um congresso confederal.

especialmente a unicidade sindical (Tabela 11) e as contribuições compulsórias. Esses temas são desigualmente enfrentados pelo conjunto do movimento sindical: o imposto sindical é, geralmente, alvo de muitas críticas, enquanto a unicidade é, aberta ou veladamente, defendida pela maioria dos sindicalistas. Na CTB o apoio à estrutura sindical brasileira é praticamente irrestrito: 84,1% dos delegados se disseram a favor do princípio da unicidade e 89,7% são favoráveis às contribuições sindicais compulsórias. Na Intersindical, o apoio à estrutura também é significativo: 60,8% dos delegados se declaram pela unicidade, embora uma porcentagem menor (34,2%) tenha respondido que é favorável às contribuições. Na Conlutas, consideradas apenas as respostas dos delegados do movimento sindical, as opiniões sobre a unicidade sindical são mais equilibradas: 44,3% defendem-na e 46,1% são contrárias a ela, embora haja um número significativo de delegados que não souberam se posicionar sobre o assunto ou não responderam a questão (9,6%). Já a defesa das contribuições compulsórias é amplamente minoritária (19,3%).

Tabela 11 – Posição dos delegados sobre a unicidade sindical (em %)

	Conlutas*	Intersindical	CTB
É a favor (defende o princípio da unicidade)	44,3	60,8	84,1
É contra (entende que pode haver uma disputa entre organizações distintas)	46,1	33,5	13,0
Não sabe/não respondeu	9,6	5,7	2,9
Total	100,	100,	100,

*Excluídos os delegados de movimento social

Esses dados indicam que, embora os níveis de apoio à estrutura variem, o apego à estrutura sindical também se verifica

no sindicalismo de esquerda. Esse apego pode ser atribuído a diferentes motivos: a) à influência da ideologia populista entre os trabalhadores e dirigentes sindicais, que manifestam assim sua dependência em relação ao Estado (BOITO JR., 1991); b) à dependência dos sindicatos em relação aos recursos advindos das contribuições compulsórias – o que seria apenas parcialmente alterado com o fim do imposto sindical proposto em momentos episódicos por setores do sindicalismo; c) às características do trotskismo, tradição política presente na Conlutas e na Intersindical. Apesar das críticas que dirige à burocracia, o trotskismo valoriza a conquista de liderança nos partidos e nos sindicatos. Desse modo, obter a direção sindical seria uma forma de, a um só tempo, combater a tendência à burocratização representada por outras correntes sindicais e minimizar o peso da estrutura sobre a condução do movimento.

Os delegados das três centrais também foram inquiridos sobre a necessidade haver nova reforma da previdência (Tabela 12). Nas três, a maioria respondeu afirmativamente à questão: maioria absoluta na CTB (86,6%) e na Intersindical (76,1%) e maioria simples na Conlutas (48,1%, dentre todos os delegados). Nas duas pesquisas em que havia a possibilidade de uma justificativa aberta para essa pergunta – aquelas realizadas junto à CTB e Intersindical –, notou-se que prevaleceram as expectativas de ampliar os direitos dos trabalhadores e a crítica ao sistema previdenciário no Brasil.

Tabela 12 – Opinião dos delegados sobre a necessidade de uma nova reforma da previdência (em %)

	Conlutas	Intersindical	CTB
Sim	48,1	76,1	86,6
Não	46,3	23,9	13,4
Não sabe	5,6	-	-
Total	100,	100,	100,

Análise semelhante à da reforma da previdência pode ser feita no caso da reforma da CLT (Tabela 13): em todas as centrais, a maioria dos delegados manifestou-se favoravelmente a mudanças na legislação trabalhista e sindical (em ordem decrescente: 64,5% na Intersindical; 53,1% na CTB e 47% na Conlutas). Entretanto, entendemos que tanto as respostas contrárias quanto as favoráveis revelam uma preocupação com os direitos dos trabalhadores: a defesa de reformas que tivessem a perspectiva de ampliar os direitos e a recusa de reformas que pudessem implicar mais perdas.

Tabela 13 – Opinião dos delegados sobre a necessidade de mudanças na CLT, em %

	Conlutas	Intersindical	CTB
Sim, apenas na parte referente à organização sindical	13,0	6,4	11,0
Sim, apenas na parte referente aos direitos trabalhistas	4,9	8,1	14,4
Sim, em ambas as partes	47,0	64,5	53,1
Não acha necessário	18,0	9,9	14,2
Não sabe	14,2	11,0	7,3
Outras respostas	2,9	-	-
Total	100,	100,	100,

A necessidade de mudar a CLT “apenas na parte referente à organização sindical” foi maior naquela central em que a estrutura é objeto de menor apoio: 13% dos delegados da Conlutas, se considerarmos o conjunto completo dos delegados, e 15%, se tomarmos apenas os delegados do movimento sindical. Na CTB o percentual dos que acham necessária essa mudança foi de 11% e, na Intersindical, de 6,4%. Tendo-se em conta os dados sobre apoio à estrutura sindical evidenciados pelas respostas sobre a

unicidade e sobre as contribuições compulsórias, é possível dizer que as mudanças da regulação da vida sindical presente na CLT pretendidas pelos delegados da CTB não visam mudar a estrutura, mas, do seu ponto de vista, somente aperfeiçoá-la.

1.4 Perfil das entidades

A última parte deste texto trata do perfil das entidades participantes nos Congressos da Conlutas, Intersindical e CTB. Que entidades compõem essas centrais? De quais setores elas provêm? Por quais bandeiras se mobilizam e como se organizavam? Interessa-nos evidenciar as semelhanças e diferenças existentes entre as três centrais saídas da CUT.

A Tabela 14 mostra que, com exceção da Intersindical, as entidades pesquisadas estão localizadas em todas as cinco regiões do país, embora em diferentes proporções. A análise do enraizamento geográfico das entidades importa não apenas em função dos critérios de representatividade – exigidos pela Lei de Reconhecimento das Centrais – mas também sociologicamente, na medida em que tal distribuição expressa quais setores econômicos, que atividades, ocupações e profissões, entre outras variáveis, cada central representa e organiza. Não apenas o sindicalismo tem uma forte relação com o desenvolvimento econômico e industrial (RODRIGUES, 1966; SIMÃO, 1966), mas de forma equivalente, os movimentos sociais se concentram nas regiões economicamente mais desenvolvidas, onde os conflitos tendem a ser mais duros. De tal modo que na região Sudeste, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, concentra-se a maioria relativa das entidades sindicais vinculadas à Conlutas (44,3% do total), a maioria absoluta dos sindicatos da Intersindical (76,8%) e dos movimentos sociais filiados à Conlutas (52,9%), enquanto nas regiões sul, norte e centro-oeste do país o número de entidades

é relativamente menor. Também no Sudeste está localizado o segundo maior contingente de sindicatos da CTB.

Tabela 14 – Localização das entidades da Conlutas, Intersindical e CTB nas macro regiões brasileiras, em%

	Conlutas	Conlutas	Conlutas	Intersindical	CTB
	Sindicato	Movimento social	Total	Sindicato	Sindicato
Norte	9,5	10,9	10,1	3,1	7,3
Nordeste	28,1	22,7	26,2	7,3	41,3
Sudeste	44,3	52,9	47,4	76,8	30,2
Sul	13,1	10,9	12,4	12,8	13,4
Centro Oeste	3,6	0	2,4	-	7,7
Não tem sede	1,4	2,5	1,8	-	-
Total	100,1	100,1	100,1	100,1	100,1

A região Nordeste é, todavia, aquela que concentra a maioria relativa dos sindicatos filiados à CTB (41,3%) – dado que distingue a CTB das demais centrais pesquisadas – e a segunda mais representativa das entidades da Conlutas (26,2%). Pouco mais de uma em cada dez entidades da Conlutas e da Intersindical está situada na região Sul, enquanto a presença de entidades das três centrais na região Norte é ainda mais reduzida. Das três centrais, a Conlutas é aquela cuja presença na região Norte mais se destaca (10% do total). As entidades sindicais da Conlutas e da CTB têm menor representação no Centro-Oeste, região em que a Intersindical não tinha nenhuma presença quando a pesquisa foi realizada.

As três centrais são fundamentalmente sindicais. Com exceção da Conlutas, que aglutina movimentos sociais e, nesse sentido, é uma central *sui generis*, Intersindical e CTB representam entidades estritamente sindicais (sindicatos, federações e confederações). Do total das entidades da Conlutas, pouco mais de

um terço (34,8%) representava movimentos sociais, sobretudo o movimento estudantil. Mas a maioria das entidades dessa central era de natureza sindical: 42,2% são sindicatos do setor público e 20,7% do setor privado, totalizando 62,9%.

Quando isolamos as entidades sindicais da Conlutas e as comparamos às da Intersindical, verifica-se em ambas o peso do sindicalismo do setor público (Tabela 15). Na Intersindical, 58% dos sindicatos são do setor público, seguidos do setor privado (23,3%) e por entidades sindicais públicas e privadas (12,5%). A CTB, por sua vez, tem um perfil sindical heterogêneo posto que representa entidades dos setores público e privado, dentre os quais de trabalhadores urbanos, rurais e marítimos. Do total das entidades da CTB, 37,2% eram sindicatos do setor privado urbano, 33,9% do setor público e 16,2% do setor privado rural.

Tabela 15 – Perfil das entidades pesquisadas

	Conlutas		Intersindical		CTB	
	N	%	N	%	N	%
Sindicato do Setor Público	149	42,2	102	58,0	313	33,9
Sindicato de Setor Privado	73	20,7	41	23,3	344	37,2
Sindicato Público e privado	-	-	22	12,5	18	1,9
Sindicato Rural	-	-	-	-	150	16,2
Federação Confederação	-	-	4	2,2	73	7,9
Movimento Social	123	34,8	-	-	-	-
Outra Entidade	-	-	7	4,0	12	1,3
Não Respondeu	8	2,3	-	-	14	1,5
Total	353	100,	176	100,	924	100,

O espectro de entidades vinculadas às três organizações nos ajuda a entender o leque, mais ou menos largo, de bandeiras de luta defendidas e pelas quais elas se mobilizam, e que podem ser verificadas na Tabela 16. As bandeiras relativas a salário e direitos trabalhistas predominam nas três centrais, embora o seu peso seja diferente em cada uma delas. Na Intersindical e na CTB, a maioria absoluta dos pesquisados indicaram que tais bandeiras são defendidas por suas entidades (79% e 78% respectivamente). Na Conlutas esse percentual é de 37,7% quando considerados o conjunto das entidades, mas se analisadas apenas as entidades sindicais esse percentual sobe para 55,4%.

As questões relativas à organização sindical também marcam as pautas e lutas das entidades pesquisadas – o que pode ser explicado pelo clássico debate sobre a estrutura sindical brasileira, bem como pelas discussões acerca de uma Reforma Sindical, que vinham sendo travadas desde o início do governo Lula (GALVÃO, 2008) e que resultaram na Lei de Reconhecimento das Centrais. Tais bandeiras mobilizam 11,8% das entidades da CTB, 8% da Intersindical e 5,4% das entidades sindicais da Conlutas. A ameaça de mudança no princípio da unicidade e nas formas de arrecadação sindical pode explicar a incidência desse tema na pauta das entidades da CTB.

As bandeiras de luta relativas à questão fundiária (terra e teto) mobilizam 8,8% do total das entidades da CTB, o que se deve à presença do sindicalismo do campo nessa central. Na Conlutas, a questão fundiária é afeita aos movimentos sociais e não aos sindicatos posto que, no momento em que a pesquisa foi feita, uma das forças sociais atuantes eram movimentos de trabalhadores sem terra. As entidades filiadas à Intersindical se mobilizam – ainda que de forma pontual – em torno de reivindicações relativas à luta pela terra, em defesa do meio ambiente, contra o neoliberalismo e por medidas de proteção à saúde.

Tabela 16 – Principais bandeiras de lutas das entidades, em %

	Conlutas		Intersindical		CTB
	Sindicatos	Movimento social	Total	Total	Total
Questões salariais, direitos trabalhistas e previdenciários	55,4	3,5	37,7	79,0	78,0
Questões de organização sindical	5,4	0,9	3,9	8,0	11,8
Questões relativas a educação	9,5	31,3	16,9	1,1	0,4
Bandeiras políticas - resistência ao neoliberalismo, reforma	6,3	21,7	11,6	1,1	5,3
Bandeiras relativas à questão fundiária	-	17,4	5,9	0,6	8,8
Bandeiras relativas ao meio ambiente	-	1,7	0,6	1,1	0,7
Questões de gênero, raça e etnia	0,5	5,2	2,1	-	-
Socialista	8,1	0,9	5,6	-	-
Questão de saúde e proteção social	0,9	2,6	1,5	0,6	-
Outras	8,1	10,4	8,9	1,7	5,6
Não respondeu	5,9	4,3	5,3	6,8	6,3
Total	100,	100,	100,	100,	117,

A Conlutas é a central que, relativamente, apresentou o espectro mais amplo de bandeiras e reivindicações, incluindo a luta contra as políticas neoliberais (11,6% do total das entidades) e a luta pelo socialismo (5,6%). Embora as três organizações pesquisadas estejam no campo da esquerda e sejam programaticamente socialistas, apenas entre as entidades representadas pelos delegados da Conlutas encontramos bandeiras explicitamente socialistas. A bandeira da educação também é importante nessa central por causa do movimento estudantil, bem como do sindicalismo docente.

As entidades da Conlutas apresentam demandas das chamadas minorias, como aquelas relativas ao meio ambiente, gênero, raça e etnia e que mobilizam principalmente os movimentos sociais. Na CTB e na Intersindical a questão ambiental mobiliza um pequeno número de entidades, enquanto a questão étnica e de gênero nem aparece entre as prioridades dos delegados dessas duas organizações.

Consideradas algumas variáveis relativas à organização e distribuição do poder nas entidades, a pesquisa também identificou semelhanças e diferenças importantes no perfil das centrais. As entidades da CTB, Conlutas e Intersindical estavam representadas nos Congressos pesquisados por delegados que tinham, majoritariamente, entre 1 a 10 anos de atuação, como podemos observar na Tabela 17.

Considerou-se tempo de atuação na entidade o período de militância em geral, seja como associado ou filiado, seja como dirigente. Se ampliarmos esse intervalo identifica-se que 70,4% dos delegados sindicais da Conlutas tinham até 10 anos de atuação nos sindicatos, enquanto 91,1% dos delegados dos movimentos sociais tinham no máximo 10 anos de militância.

Tabela 17 – Tempo de atuação dos pesquisados nas entidades, em %

	Conlutas Movimento social	Conlutas - Movimento sindical	Conlutas Total	Intersindical	CTB
Menos de 1 ano	39,	12,2	21,5	4,	3,
Mais de 1 a 10 anos	52,	58,3	56,1	57,4	53,
Mais de 11 a 20 anos	3,3	20,	14,2	21,	26,5
Mais de 20 anos	0,8	5,2	3,7	11,4	12,6
Não respondeu	4,9	4,3	4,5	6,3	4,9
Total	100,	100,	100,	100,	100,

Nas entidades dos movimentos sociais a presença de jovens militantes é reveladora de um aspecto geracional. Se a juventude é uma variável característica da Conlutas, no caso da Intersindical e da CTB há um contrapeso de delegados com mais tempo de militância, ou seja, mais experientes na militância sindical, posto que na Intersindical 32,4% deles têm mais de 11 anos de militância e na CTB 39,1%.

No que diz respeito ao tempo de atuação dos quadros na diretoria das entidades (ou seja, excluídos delegados que não faziam parte da diretoria), observa-se fenômeno semelhante. Do total dos quadros sindicais, a maioria atua no intervalo entre 1 e 10 anos (Tabela 18). Na Intersindical 23,3% dos quadros tinham mais de 21 anos de atuação na diretoria e na CTB 26,4%, de tal modo que nessas duas entidades aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total dos quadros têm, além de mais idade, mais de 20 anos de atuação. Na

Conlutas a proporção dos quadros dirigentes com menos de um ano de atuação é maior nas entidades do movimento social, embora um quarto dos quadros sindicais da Conlutas tenha menos de um ano de participação na diretoria. A longa permanência de sindicalistas em cargos de direção é um dos efeitos importantes da estrutura sindical brasileira (MARCELINO e BOITO JR., 2011), ainda que esse não seja um fenômeno exclusivo do Brasil (MOURIAUX, 1985).

Tabela 18 – Tempo de atuação na diretoria das entidades, em %

	Conlutas		Intersindical	CTB
	Delegado de Movimento social		Delegado de Entidade Sindical	Delegado de Entidade Sindical
1 a 11 meses	36,7	24,3	13,6	8,
1 a 10 anos	60,	70,9	63,1	65,5
11 a 20 anos	3,3	4,9	20,4	22,5
Mais de 21 anos	-	-	2,9	3,9
Total	100,	100,	100,	100,

Quanto à forma de arrecadação, a porcentagem das entidades sindicais que arrecadam a contribuição sindical obrigatória (antigo imposto sindical) é de 59% no caso da Conlutas e 58% da Intersindical. Devolvem essa contribuição, todavia, 18,7% das entidades da Conlutas e 26,8% da Intersindical. Assim, a Intersindical é a central que menos arrecada esse tipo de contribuição – tão criticada por uma parte movimento sindical – e a que mais o devolve. Na

CTB, 88,9% das entidades arrecadam a contribuição sindical e 8,7% a devolvem, dado analiticamente coerente com suas orientações e princípios em defesa do imposto sindical. As entidades da CTB são, de resto, as que mais acumulam cobranças compulsórias de seus filiados (contribuição sindical, contribuição assistencial e negocial e contribuição confederativa), como podemos ver na Tabela 19.

Tabela 19 – Formas de arrecadação das entidades representadas pelos delegados pesquisados, em %

	Conlutas (apenas sindicatos)	Intersindical	CTB
Arrecada a contribuição sindical obrigatória	59,0	58,0	88,9
Arrecada a contribuição assistencial ou negocial	18,1	24,2	35,2
Arrecada a contribuição confederativa	8,2	3,8	27,8
Devolve a contribuição sindical obrigatória	18,7	26,8	8,7
Só arrecada contribuições voluntárias	-	5,1	1,2
Não sabe	9,3	11,5	-

1.5 Considerações finais

A análise do perfil dos delegados e das entidades nos permite concluir que existem semelhanças, mas também diferenças importantes entre as três organizações saídas da CUT. Essas diferenças dizem respeito a aspectos socioeconômicos e político-ideológicos dos delegados, bem como à forma como essas entidades se organizam, funcionam e se posicionam no cenário político.

O perfil das entidades e de seus delegados nos ajuda a compreender as razões político-ideológicas da onda de dissidências vivida pela CUT, bem como as divergências políticas que levaram à criação de três organizações distintas no campo da esquerda. O espectro de bandeiras da Conlutas, sua composição interna, seu lugar – por vezes não hegemônico – no interior das entidades sindicais, seu perfil *sui generis* e sua composição interna de classe média (maioria de sindicatos do setor público entre as entidades sindicais e maioria de entidades estudantis entre os movimentos sociais), tudo isso ajuda a entender, na conjuntura dos anos 2000: 1) a ruptura das forças políticas que compuseram a CUT no momento em que o PT chega ao poder; 2) a criação da entidade; 3) a frustrada tentativa de aliança com a Intersindical, a despeito de seus perfis socioeconômicos tão semelhantes.

No caso da CTB, a decisão de sair da CUT em 2008 parece ser mais motivada por sua adesão política e pragmática à estrutura sindical do que pelas críticas aos governos Lula. Isto porque suas críticas são pontuais e não lhe impedem de, no fundamental, apoiar os governos petistas.

Finalmente, não podemos excluir a importância política que a constituição da CTB, da Intersindical e da Conlutas têm para os partidos com os quais essas organizações prioritariamente se relacionam: o PCdoB, o PSOL e o PSTU, respectivamente.